



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

87
/

138

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0097614-9

APELANTE: INDÚSTRIA DE CAIXAS PLÁSTICAS DO NORDESTE LTDA.

APELADA: BRASKEN S/A (sucessora da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A)

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 163/2009

5339

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA. COMPRA E VENDA MERCANTIL. DUPLICATAS SEM ACEITE. COMPROVANTE DE ENTREGA E RECEBIMENTO DAS MERCADORIAS. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO. TRANSAÇÃO COMERCIAL PROVADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Conforme assinalado pela doutrina pátria, verifica-se que, na ação declaratória, pretende que se declare a inexistência de um direito do demandado. Assim, a distribuição do ônus da prova deve ter como referência a natureza do fato jurídico colocado pela parte como base de sua alegação. Ou seja, na ação declaratória negativa da existência de um débito, o autor não tem a incumbência de provar a inexistência do fato constitutivo da aludida dívida; o réu, pretendo credor, é que deverá provar esse fato, pois àquele caberá demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do suposto valor cobrado. Logo, no caso vertente, à apelante assegura-se a negativa do ato ou fato, cuja inexistência pretende ver declarada, cumprindo à recorrida, contra a qual afirmada a ausência de relação jurídico-cambiária justificativa da emissão dos títulos, a prova mínima de sua existência, como fato constitutivo do seu direito. Notadamente na hipótese sob crivo, em que o argumento na qual fundada a negação obrigacional assenta-se na recusa de validade da própria cártula - existência de transação comercial a lastrear a emissão das duplicatas levadas a protesto - 2. A lei n.º 5.474/68 exige que a duplicata mercantil, sem aceite, venha acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento de mercadoria e em caso de prestação de serviços, qualquer documento que comprove sua efetiva prestação e o vínculo contratual que a autorizou. 3. Em face da Teoria da Aparência, tem-se como válido o comprovante de entrega da mercadoria fornecido no exato endereço do comprador e devidamente assinado. Assim, constando do recibo de entrega da mercadoria a assinatura do recebedor, presume-se que o mesmo seja preposto do sacado, cumprindo a este produzir prova em contrário. (TJRJ, Apelação Cível n.º 2004.001.09041 j. 13/07/04). Ademais, não há qualquer exigência legal de apresentação de identidade e CPF do receptor. Se o interessado sustenta falsidade no documento, deveria pleitear o incidente de falsidade, ônus seu, na forma do art. 390 do CPC. (TJRJ, Apelação Cível n.º 2007.001.54746, j. 27/11/07)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, à unanimidade, em dar provimento parcial ao apelo, nos termos do voto da turma.

Recife, 2 de outubro de 2009.


Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

88
1
139

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0097614-9

APELANTE: *INDÚSTRIA DE CAIXAS PLÁSTICAS DO NORDESTE LTDA.*

APELADA: *BRASKEN S/A (sucessora da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A)*

RELATOR: *DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES*

RELATÓRIO

Apelação Cível interposta por:

INDÚSTRIA DE CAIXAS PLÁSTICAS DO NORDESTE LTDA.

Contra sentença proferida em:

Ação declaratória de inexistência de dívida

Da lavra do Juízo da:

3.ª vara Cível da Comarca de Santo Agostinho

Na qual são partes:

INDÚSTRIA DE CAIXAS PLÁSTICAS DO NORDESTE LTDA. (autora apelante) e BRASKEN S/A - sucessora da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A (ré apelada)

Discute-se na causa, em síntese:

A inexistência de dívida da apelante em favor da apelada, devido à ausência de negócio jurídico realizado entre as litigantes, o que invalida as duplicatas coligidas à ação cautelar e o respectivo protesto.

O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

89
1
140

O juiz julgou improcedente o pedido autoral, pois, ao divisar comprovada a transação mercantil havida entre as partes, assim como a inadimplência contratual da recorrente, considerou válidas as cambiais emitidas pela apelada em desfavor daquela.

As partes não suscitaram nenhuma preliminar.

No mérito, alega a parte apelante, em síntese:

Que as duplicatas coligidas às fls. 12/22 da cautelar foram emitidas sem justa causa, haja vista a inexistência de negócio jurídico firmado entre ela e a recorrida, motivo por que não é devedora do débito inserto nas referidas cédulas.

Não houve apresentação de contrarrazões, conforme certificado à fl. 48v.

É o relatório. Feito que se submete à revisão.

Recife, 1.º de setembro de 2009.


Desembargador Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de dívida. Compra e venda mercantil. Duplicatas sem aceite. Comprovante de entrega e recebimento das mercadorias. Necessidade de demonstração. Transação comercial provada em parte. Recurso parcialmente provido.

1. Conforme assinalado pela doutrina pátria, verifica-se que, na ação declaratória, pretende que se declare a inexistência de um direito do demandado. Assim, a distribuição do ônus da prova deve ter como referência a natureza do fato jurídico colocado pela parte como base de sua alegação. Ou seja, na ação declaratória negativa da existência de um débito, o autor não tem a incumbência de provar a inexistência do fato constitutivo da aludida dívida; o réu, pretendo credor, é que deverá provar esse fato, pois àquele caberá demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do suposto valor cobrado. Logo, no caso vertente, à apelante assegura-se a negativa do ato ou fato, cuja inexistência pretende ver declarada, cumprindo à recorrida, contra a qual afirmada a ausência de relação jurídico-cambiária justificativa da emissão dos títulos, a prova mínima de sua existência, como fato constitutivo do seu direito. Notadamente na hipótese sob crivo, em que o argumento na qual fundada a negação obrigacional assenta-se na recusa de validade da própria cártula - existência de transação comercial a lastrear a emissão das duplicatas levadas a protesto -. 2. A lei n.º 5.474/68 exige que a duplicata mercantil, sem aceite, venha acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento de mercadoria e em caso de prestação de serviços, qualquer documento que comprove sua efetiva prestação e o vínculo contratual que a autorizou. 3. Em face da Teoria da Aparência, tem-se como válido o comprovante de entrega da mercadoria fornecido no exato endereço do comprador e devidamente assinado. Assim, constando do recibo de entrega da mercadoria a assinatura do recebedor, presume-se que o mesmo seja preposto do sacado, cumprindo a este produzir prova em contrário. (TJRJ, Apelação Cível n.º 2004.001.09041 j. 13/07/04). Ademais, não há qualquer exigência legal de apresentação de identidade e CPF do receptor. Se o interessado sustenta falsidade no documento, deveria pleitear o incidente de falsidade, ônus seu, na forma do art. 390 do CPC. (TJRJ, Apelação Cível n.º 2007.001.54746, j. 27/11/07)

A fim de facilitar o deslinde da controvérsia perante este órgão julgador, enfrentarei as questões meritórias dividindo-as em tópicos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

* * *

A respeito da tese recursal de mérito:

A inexistência de dívida da apelante em favor da apelada, em razão da ausência de negócio jurídico realizado entre os litigantes, o que invalida as duplicatas coligidas ao processo cautelar, bem como os respectivos protestos.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Sustenta a apelante a inexistência de débito em favor da recorrida, haja vista a inexigibilidade dos títulos de n.ºs 1303881, 1303882, 1303883, 1289201, 1289202, 1289203, 1267881, 1267882, 1267883, 1252762, 1252763, 1248753, cujo negócio jurídico subjacente não se verificou.

Conforme assinalado pela doutrina, verifica-se que, na ação declaratória, pretende que se declare a inexistência de um direito do demandado. Assim, a distribuição do ônus da prova deve ter como referência a natureza do fato jurídico colocado pela parte como base de sua alegação. Ou seja, na ação declaratória negativa da existência de um débito, o autor não tem a incumbência de provar a inexistência do fato constitutivo da aludida dívida; o réu, pretendo credor, é que deverá provar esse fato, pois àquele caberá demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do suposto valor cobrado. Logo, no caso vertente, à apelante assegura-se a negativa do ato ou fato, cuja inexistência pretende ver declarada, cumprindo à recorrida, contra a qual afirmada a ausência de relação jurídico-cambiária justificativa da emissão dos títulos, a prova mínima de sua existência, como fato constitutivo do seu direito. Notadamente na hipótese sob crivo, em que o argumento na qual fundada a negação obrigacional assenta-se na recusa de validade da própria cártula - existência de transação comercial a lastrear a emissão das duplicatas levadas a protesto -.

Pois bem. A lei n.º 5.474/68 exige que a duplicata mercantil, sem aceite, venha acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento de mercadoria e em caso de prestação de serviços, qualquer documento que comprove sua efetiva prestação e o vínculo contratual que a autorizou.

91
96
142



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

92
A
143

In casu, vislumbra-se, ao exame dos documentos carreados aos autos da cautelar apensa, que apenas com relação às duplicatas de fls. 14/20 e 22 fora comprovada a correspondente operação mercantil de compra e venda, eis que devidamente apresentada a respectiva fatura e comprovante de recebimento das mercadorias pela apelante (fls. 66/68 e 70/71 e 73).

Ademais, apoiado na Teoria da Aparência, tem-se como válido o comprovante de entrega da mercadoria fornecido no exato endereço do comprador e devidamente assinado.

Nesse diapasão, a jurisprudência pátria, *verbis*:

É do devedor, que alega não ser devido o pagamento do valor constante das cártulas, o ônus de provar que a assinatura presente no comprovante de recebimento das mercadorias não pertence a preposto seu. A prova do recebimento da mercadoria e da obrigação do transportador de entregá-la no lugar do destino é feita pelo conhecimento de transporte. (TJMG, Apelação Cível n.º 1.0515.05.012522-5, DJ 07/10/08)

Constam nos documentos a rubrica do funcionário e o carimbo da apelante, sendo certo que não há qualquer exigência legal de apresentação de identidade e CPF do receptor. Assim, se o apelante sustenta falsidade no documento, deveria pleitear o incidente de falsidade, ônus seu, na forma do art. 390 do CPC. (TJRJ, Apelação Cível n.º 2007.001.54746, j. 27/11/07)

Constando do recibo de entrega da mercadoria a assinatura do recebedor, presume-se que o mesmo seja preposto do sacado, cumprindo a este produzir prova em contrário. (TJRJ, Apelação Cível n.º 2004.001.09041 j. 13/07/04)

Idem: TJMG, AC n.º 1.0702.0413967-0, DJ 23/03/07; TJRJ, AC n.º 2005.001.29802, j. 25/10/05 e AC n.º 2004.001.07673 j. 07/12/04.

Em face do expendido, há de ser confirmada a improcedência da ação no tocante aos valores constantes das duplicatas colacionadas às fls. 14/20 e 22 do processo acautelatório, porquanto demonstrado o negócio jurídico a elas vinculado. Circunstância a evidenciar a validade dos mencionados títulos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

143
1
144

Todavia, deve ser declarada a inexistência de dívida concernente às demais cambiais (fls. 11/13 e 21 do apenso), pois, nesse particular, não restou demonstrado o efetivo recebimento das mercadorias pela recorrente. Isto porque, do acervo probatório carreado na cautelar, percebe-se que os comprovantes acostados à fl. 72 não correspondem às faturas de fls. 65 e 69. Ressalto, inclusive, que tais comprovantes e a fatura juntada à fl. 64 não se referem a nenhuma das cambiais levadas a protesto.

Corroborando o exposto:

Ementa: DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - SENTENÇA QUE JULGOU CONJUNTAMENTE A AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA COM PEDIDO DE ANULAÇÃO DE SAQUE CAMBIAL E A AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO, DANDO PELA PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - AFASTADA - DECISÃO UNÂNIME - MÉRITO - DUPLICATA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - A EXIGIBILIDADE DA DUPLICATA EMITIDA SEM O ACEITE DO SACADO ESTÁ CONDICIONADA À DEMONSTRAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - NÃO SE DESINCUMBIU A APELANTE DE DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO SUBJACENTE À EMISSÃO DO TÍTULO - RECURSO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE. (TJPE, Apelação Cível n.º 159880-1, Relator Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, j. 17/03/2009)

Ementa: PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CAUTELAR INOMINADA C/C PEDIDO DE LIMINAR - AÇÃO DE ANULAÇÃO E TÍTULO DE CRÉDITO C/C AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DUAS APELAÇÕES - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA - NÃO CONHECIDA - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEITADA - NÃO PROVIMENTO À APELAÇÃO - DECISÃO UNÂNIME. - A duplicata não aceita deve vir acompanhada do recibo de entrega e recebimento da mercadoria, firmado pelo sacado. - O cedente do título de crédito deve confirmar a existência do negócio através das notas fiscais, mormente, quando se tratar de duplicata sem aceite do devedor. - A emissão de duplicata simulada contra pessoa jurídica é causa suficiente a ensejar dano moral (R\$ 15.000,00). - Por unanimidade, negou-se provimento aos recursos. (Apelação Cível n.º 143282-8, Relator Des.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Antônio Fernando de Araújo Martins, j. 12/03/2009)

* * *

Como resultado do meu voto:

Dou provimento parcial à apelação para reformar o *decisum* no sentido de julgar procedente em parte a presente ação, a fim de declarar a inexistência de dívida alusiva às duplicatas n.ºs 1303881, 1303882, 1303883 e 1248753. Diante da sucumbência recíproca, nos termos do artigo 21 do Código de Processo Civil, condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais em percentual de 50%, arcando a ré com a outra metade. Os honorários advocatícios deverão ser compensados, de modo que cada litigante suportará a verba honorária de seu patrono.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelações Cíveis nºs 97.610-1 e 97.614-9 – Cabo (3ª Cível)
Apelante: Indústria de Caixas Plásticas do Nordeste Ltda
Apelado: Brasken S/A (sucessora da Politenio Indústria e Comércio S/A)
Relator: Des. Milton José Neves
Revisor: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelações Cíveis interpostas pela **Indústria de Caixas Plásticas do Nordeste Ltda** contra a sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca do Cabo, que julgou improcedente a Ação Cautelar de Protesto e considerou legítima a cobrança formulada pela **Brasken S/A (sucessora da Politenio Indústria e Comércio S/A)**, a que se refere à Ação Declaratória de Inexistência de Dívida.

A insatisfação da apelante diz respeito à inexistência de dívida e ausência de relação jurídica entre as litigantes, a ponto de tornar inválidas as duplicatas emitidas, pelo que pede a reforma do julgado.

A sentença recorrida decidiu simultaneamente os dois processos: Cautelar e Principal de nºs 6689/02 e 6699/02 (correspondentes respectivamente às apelações de nºs 97.610-1 e 97.614-9) e os considerou improcedentes.

A existência da transação comercial restou devidamente comprovada, à vista da prova documental trazida à colação pela Apelada, consoante a emissão das Notas Fiscais e Recibo de Entrega das mercadorias.

Todavia, com relação às duplicatas emitidas sob os nºs 130388/1, 130388/2, 130388/3 e 124875/3, embora a apelada tenha feito a juntada da Nota Fiscal referente às três primeiras, não comprovou a entrega das mercadorias que deram origem às supramencionadas duplicatas, pelo que devem elas ser excluídas da decisão, embora essa prova possa ser feita posteriormente em ação própria.

Assim, dou provimento parcial ao apelo para excluir do protesto as referidas duplicatas.

É como voto.

Recife,

Des. **Sílvio de Arruda Beltrão**

- Revisor -

95

1

146